

Secretário investiga licenças dadas por Trípoli

Robson Fernandjes/AE-3/6/2000

José Luis da Conceição/AE-3/6/2000

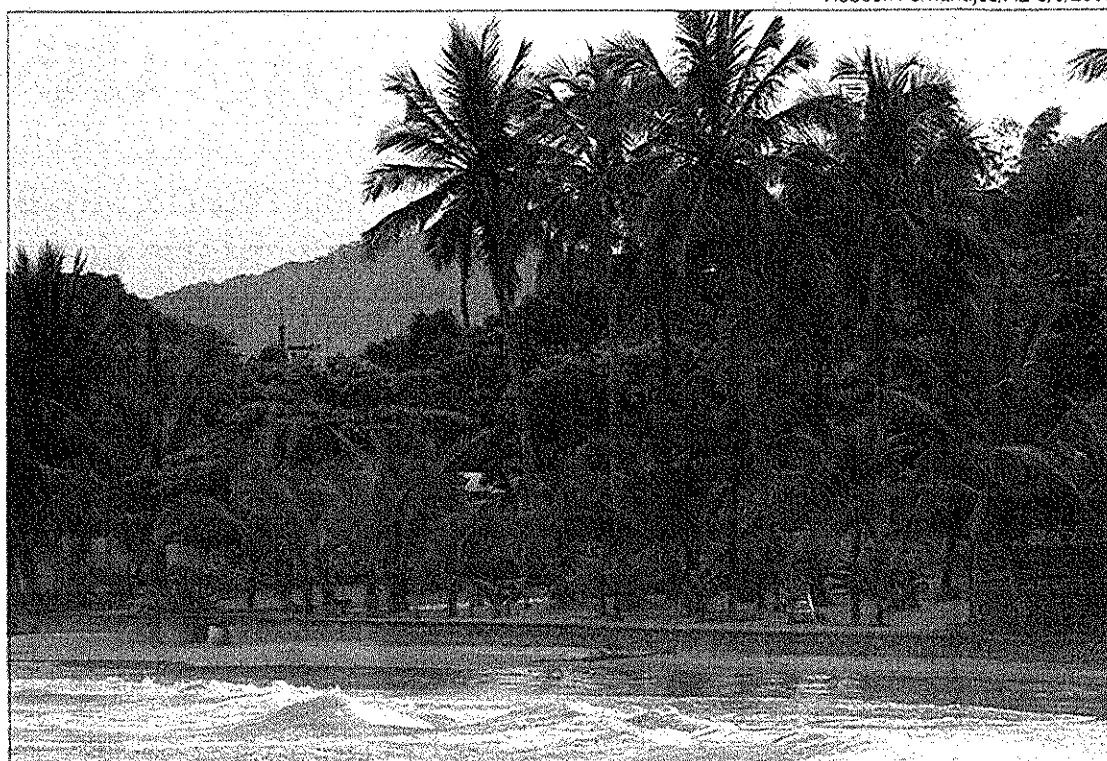
**José Goldemberg
apura irregularidades
cometidas por seu
antecessor**

JOSÉ MARIA TOMAZELA

O secretário estadual do Meio Ambiente, José Goldemberg, está investigando licenças ambientais concedidas ou negadas na gestão do ex-secretário Ricardo Trípoli por considerar que há indícios de irregularidades. Segundo ele, existem casos concretos de licenças emitidas ou cassadas por razões "não muito claras". As investigações já resultaram no afastamento de técnicos e funcionários de vários escalões. Goldemberg confirmou que a licença concedida pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb) para a instalação da Planta Industrial Negro de Fumo, em Paulínia, e a cassação da licença provisória do projeto de reciclagem de areia de fundição em Piracicaba estão entre eles.

Nos dois casos, as decisões dos órgãos da secretaria motivaram protestos e denúncias de ambientalistas contra Trípoli. Goldemberg absteve-se de dar o nome das pessoas envolvidas ou afastadas. "A investigação não acabou e as pessoas se julgam com direito de defesa, de modo que acho impróprio o secretário se manifestar enquanto não for concluída."

Recomeçar - O secretário disse que pretende dar um "novo começo" à situação do meio ambiente no Estado. Ele anunciou ter proposto ao governador Geraldo Alckmin a contratação de 400 guardas-parques e 80 administradores para os 86 parques estaduais que os ambientalistas consideram ter sido abandonados por Trípoli. "De fato, há problemas que vão além da falta de vigias e invasões, como denúncias de vendas irregula-



res de madeira", reconheceu. "O que fiz foi mudar a direção da Fundação Florestal, onde havia alegações dessas irregularidades." O novo diretor, Paulo Nogueira Neto, relembra, é um ambientalista respeitado.

Segundo Goldemberg, não foi aberto inquérito porque as denúncias eram de difícil comprovação. Ele revogou também portaria baixada pelo antecessor, que permitia o corte de árvores desde que fosse feito o pagamento monetário a título de compensação. Ele atribui a essa norma o grande aumento na concessão de licenças para desmatamento durante a gestão Trípoli. "Há o sentimento de que ela permitia cortar árvores, algo que a legislação desencoraja." A finalidade da legislação, de acordo com o secretário, não é transacionar árvores. "Com a revogação da

portaria, isso acaba."

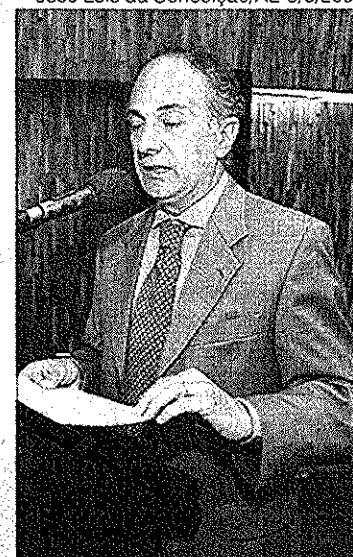
Houve troca de pessoal na chefia do Departamento de Proteção dos Recursos Naturais (DEPRN). Chefes regionais desse órgão são acusados de liberar processos de desmatamentos embargados em outras gestões, como ocorreu em loteamentos de Ilha Comprida.

O Ministério Público Estadual também colocou sob suspeita a concessão de licença para um aterro sanitário da Empresa de Saneamento e Tratamento de Resíduos (Estre) em Itapevi. Na

gestão Trípoli, agravou-se o estado de penúria dos parques estaduais que ainda preservam grande parte da mata atlântica. O ex-secretário é acusado ainda de uso do cargo para obter licença visando a retirada de árvores de um lote que adquiriu no município de Guarujá.

Goldemberg anunciou mudanças na forma de concessão de licenças ambientais para empreendimentos públicos e privados, como a construção de rodovias, indústrias, conjuntos habitacionais e loteamentos. A legislação prevê duas formas de licenciamento: o Relatório Ambiental Preliminar (RAP), que permite o início imediato das obras, e o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima), mais demorado.

Corrupção - A definição por uma delas tem impacto nos prazos e custos da obra e, por ser prerrogativa dos órgãos da secretaria, é apontada como foco de corrupção e tráfico de influência. "Houve alegações, sem comprovação, que indicavam algum favorecimento. O que fiz foi mudar o pessoal que podia estar fazendo isso." As trocas foram feitas no Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental (Daia), órgão que define o impacto a ser produzido pelo empreendimento.



A área do condomínio Iporanga, no Guarujá (à esquerda), onde o ex-secretário Ricardo Trípoli (acima) tem uma propriedade, está na lista de denúncias

DENÚNCIAS

1) A decisão da Cetesb de cassar, em 2001, a licença para a implantação em Piracicaba de um projeto de reciclagem de areia de fundição até hoje causa perplexidade entre técnicos do setor. O projeto, idealizado para resolver o problema da poluição ambiental, foi iniciado pela própria Cetesb. "O fim do projeto favoreceu os aterros sanitários", diz o empresário Rubens Caldari.

2) As licenças concedidas pela Cetesb e pelo Consema para instalação da Planta Industrial Negro de Fumo, da gigante alemã Degussa Hüls, em Paulínia (SP), são avaliadas como "inexplicáveis do ponto de vista ambiental" por um analista de peso, o engenheiro Élio Lopes dos Santos, perito do Ministério Público Estadual.

3) A degradação da maioria dos 86 parques estaduais paulistas é alimentada pela improbidade e pelo favorecimento, de acordo com denúncias investigadas pelo Ministério Público Estadual. As denúncias falam de derrubada de árvores centenárias, contratos irregulares com madeiras que trabalham dentro dos parques e facilidades a loteamentos clandestinos.

4) Moradores do bairro Ambuitá, em Itapevi, e o MPE colocam sob suspeita a licença concedida pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) para outro empreendimento da Empresa de Saneamento e Tratamento de Resíduos (Estre).

5) Ambientalistas acusam Trípoli de forjar os termos de uma licença, emitida pela própria Secretaria do Meio Ambiente, para a retirada de árvores em área da mata atlântica, dentro de uma chácara do próprio ex-secretário, no condomínio Sítio Iporanga, no Guarujá.

■ A íntegra das denúncias contra o ex-secretário Ricardo Trípoli está no portal www.estadao.com.br

**TÉCNICOS
JÁ
FORAM
AFASTADOS**